

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.128 - RS (2019/0290653-5)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DIEGO FELICIO PACHECO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DIEGO FELICIO PACHECO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no Agravo de Execução n.º 70081597080.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau deferiu o pedido de livramento condicional formulado pelo Paciente (fls. 94-96).

Contra essa decisão o Ministério Público interpôs Agravo em Execução em que se postulava a revogação do benefício em razão da reincidência do Paciente, ao fundamento de que é indevido o entendimento de que, para a obtenção do benefício do livramento condicional, é possível a aplicação da fração de 1/2 (metade) para os crimes comuns e de 2/3 (dois terços) em relação aos crimes hediondos.

O Tribunal de origem deu provimento ao recurso do órgão acusatório para cassar o *decisum* (fls. 144-154).

Neste *writ*, alega a Parte Impetrante, em síntese, que, quando há mais de uma condenação, como nos autos, à luz do princípio da proporcionalidade, imperioso faz-se conceder tratamento diferenciado ao apenado, determinando-lhe o cumprimento de lapso temporal mais gravoso, tão somente, quanto ao delito em que reconhecida a reincidência, mantendo-se a exigência do decurso de lapso temporal simples quanto aos demais delitos.

Requer, liminarmente e no mérito, a cassação do acórdão combatido.

É o relatório inicial. Passo ao exame do pedido urgente.

Superior Tribunal de Justiça

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora.

Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

A esse respeito, destaco do acórdão impugnado o seguinte trecho (fl. 152-153):

"3. Com a devida vênia, merece reforma a decisão que concedeu o livramento condicional ao agravado, uma vez que contraria expressamente o artigo 83, inciso II, do Código Penal.

O (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre deferiu o benefício do livramento condicional, entendendo haver o agravado implementado o requisito objetivo, argumentando que a reincidência atinge tão somente as condenações em que reconhecida a agravante, a qual não contamina as demais penas.

Ocorre, todavia, que o (a) Julgador (a), com base em tal entendimento, afastou a qualidade atribuída ao condenado pela lei (art 83, inciso II, do Código Penal), desvirtuando a execução das penas impostas, na medida em que trata como primário o condenado reincidente.

In casu, o recorrido é reincidente, fazendo-se necessário, dessa feita, atender o requisito objetivo à concessão da liberdade condicional - cumprimento do 1/2 da pena, como determina o artigo 83, (I, do Código Penal, o que, de acordo com a guia de execução criminal em anexo, somente ocorrerá na data de 06.12.2020,

Então, percebe-se que o (a) Magistrado (a) separou as frações (reincidente/não reincidente), não analisando, pois, a reincidência sobre a totalidade da pena, hipótese que vai de encontro com o disposto no artigo 83, Inciso II, do Código Penal.

Aliás, vale lembrar também o disposto no artigo 84 do Código Penal, segundo o qual 'as penas que correspondam a infrações diversas devem somar-se para efeito do livramento' o que vem a corroborar que, tendo sido reconhecida a reincidência, esta afetarà toda a pena privativa de liberdade do recluso."

A propósito, o entendimento exposto no acórdão impugnado parece não divergir da orientação desta Corte Superior, no sentido de que *"a reincidência é circunstância de caráter pessoal que pode ser reconhecida na fase da execução penal e estende-se sobre a totalidade das penas somadas para efeito de cálculo dos benefícios"* (AgRg no AREsp 1.329.950/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado Rio Grande do Sul que também deverá informar a senha para obter acesso aos andamentos processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora